

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	13
----------------------------	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	67
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	69
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	30.357.847.596
Preferenciais	0
Total	30.357.847.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	1.511.815	1.405.048	1.345.462
1.01	Ativo Circulante	89.776	62.218	121.419
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	39.512	11.966	2.673
1.01.02	Aplicações Financeiras	27.842	29.361	93.262
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	27.842	29.361	93.262
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	27.842	29.361	93.262
1.01.03	Contas a Receber	18.342	18.218	16.759
1.01.03.01	Clientes	18.342	18.218	16.759
1.01.06	Tributos a Recuperar	273	313	5.454
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	273	313	5.454
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.569	1.572	2.018
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.238	788	1.253
1.01.08.03	Outros	2.238	788	1.253
1.02	Ativo Não Circulante	1.422.039	1.342.830	1.224.043
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	299.929	267.417	282.095
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	182.058	207.525	254.838
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	182.058	207.525	254.838
1.02.01.06	Tributos Diferidos	98.630	46.207	27.018
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	98.630	46.207	27.018
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	400	374	239
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.841	13.311	0
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	18.841	13.311	0
1.02.03	Imobilizado	11.265	10.615	9.030
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.265	10.615	9.030
1.02.04	Intangível	1.110.845	1.064.798	932.918
1.02.04.01	Intangíveis	1.110.845	1.064.798	932.918
1.02.04.01.02	Direito de Outorga da Concessão	0	0	501.479
1.02.04.01.03	Direito de Exploração da Infraestrutura	0	0	430.921
1.02.04.01.04	Direito de Uso de Software	0	0	518

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	1.511.815	1.405.048	1.345.462
2.01	Passivo Circulante	45.086	46.543	70.990
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.548	4.423	3.737
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.769	1.051	531
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.779	3.372	3.206
2.01.02	Fornecedores	32.551	34.735	22.564
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	32.551	34.735	22.564
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.647	1.911	2.242
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.291	882	1.032
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.291	882	1.032
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.356	1.029	1.210
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.324	3.911	41.133
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	37.797
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	37.797
2.01.04.02	Debêntures	4.324	3.911	3.336
2.01.05	Outras Obrigações	516	496	485
2.01.05.02	Outros	516	496	485
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	287	267	257
2.01.05.02.05	Outros Passivos	229	229	228
2.01.06	Provisões	1.500	1.067	829
2.01.06.02	Outras Provisões	1.500	1.067	829
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	1.500	1.067	829
2.02	Passivo Não Circulante	1.373.618	1.215.307	1.111.252
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.217.714	1.103.321	1.027.049
2.02.01.02	Debêntures	1.217.714	1.103.321	1.027.049
2.02.02	Outras Obrigações	76.611	64.697	47.889
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	74.348	62.229	45.191
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	74.348	62.229	45.191
2.02.02.02	Outros	2.263	2.468	2.698

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.02.02.03	Outros Passivos	2.263	2.468	2.698
2.02.04	Provisões	79.293	47.289	36.314
2.02.04.02	Outras Provisões	79.293	47.289	36.314
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	4.093	1.678	1.678
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	3.010	3.010	3.010
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	72.190	42.601	31.626
2.03	Patrimônio Líquido	93.111	143.198	163.220
2.03.01	Capital Social Realizado	303.579	248.578	223.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-210.468	-105.380	-60.358

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	253.886	338.577	317.206
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-189.927	-240.663	-232.986
3.03	Resultado Bruto	63.959	97.914	84.220
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.678	-12.828	-21.354
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.751	-10.901	-19.718
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	24	12	72
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.951	-1.939	-1.708
3.04.05.01	Honorários da Administração	-1.951	-1.939	-1.708
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	48.281	85.086	62.866
3.06	Resultado Financeiro	-205.791	-149.297	-117.981
3.06.01	Receitas Financeiras	33.539	34.173	22.434
3.06.02	Despesas Financeiras	-239.330	-183.470	-140.415
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-157.510	-64.211	-55.115
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	52.423	19.189	18.781
3.08.02	Diferido	52.423	19.189	18.781
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-105.087	-45.022	-36.334
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-105.087	-45.022	-36.334
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,00380	-0,00196	-0,00163

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-105.087	-45.022	-36.334
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	11.372
4.02.01	Perda sobre hedge de fluxo de caixa	0	0	-6.797
4.02.02	Impostos diferidos s/ perda de hedge de fluxo de caixa	0	0	2.311
4.02.03	Perda sobre hedge de fluxo de caixa	0	0	24.027
4.02.04	Impostos diferidos sobre perda sobre hedge de fluxo de caixa	0	0	-8.169
4.03	Resultado Abrangente do Período	-105.087	-45.022	-24.962

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	98.368	119.193	71.531
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	107.963	115.739	68.703
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-105.087	-45.022	-36.334
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-52.423	-19.189	-18.781
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	23.236	20.471	17.795
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias - Obrigações Poder Concedente	433	238	746
6.01.01.05	Juros e Variações Monetários - Empréstimos e Financiamentos	225.951	165.301	65.779
6.01.01.06	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	12.119	17.038	3.557
6.01.01.07	Provisão para demandas judiciais	2.415	0	8
6.01.01.08	Provisão para manutenção em rodovias	29.589	10.975	18.467
6.01.01.09	Perda não realizada com operação de derivativo	0	0	31.467
6.01.01.10	Perda na baixa de bens do ativo intangível	0	46	418
6.01.01.11	Rendimento de aplicações financeiras	-28.270	-34.119	-14.419
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.595	3.454	2.828
6.01.02.01	Contas a Receber	-124	-1.459	1.075
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	-23	311	2.967
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-5.490	-8.170	-1.620
6.01.02.04	Outros Ativos	-1.450	465	-771
6.01.02.05	Fornecedores e Prestadores de Serviços	-2.184	12.171	2.323
6.01.02.06	Credor pela Concessão - Ônus Variável	20	10	-321
6.01.02.07	Obrigações Tributárias	736	-331	-680
6.01.02.08	Obrigações Trabalhistas	-875	686	151
6.01.02.09	Outros passivos	-205	-229	-296
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-14.677	-8.649	-477.900
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-2.311	-3.147	-1.153
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-67.622	-150.835	-138.079
6.02.03	Provisão para investimentos em rodovias	0	0	-4.986
6.02.04	Aplicações financeiras	-2.647	-4.800	-383.529
6.02.05	Resgate de aplicações financeiras	57.903	150.133	49.847

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-56.145	-101.251	361.091
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	0	0	44.500
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-111.145	-126.251	-692.627
6.03.05	Integralização de Capital Social	55.000	25.000	0
6.03.06	Captação de debêntures	0	0	1.005.882
6.03.07	Juros não pagos	0	0	3.336
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	27.546	9.293	-45.278
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.966	2.673	47.951
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	39.512	11.966	2.673

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	248.578	0	0	-105.380	0	143.198
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	248.578	0	0	-105.380	0	143.198
5.04	Transações de Capital com os Sócios	55.000	0	0	0	0	55.000
5.04.01	Aumentos de Capital	55.000	0	0	0	0	55.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-105.087	0	-105.087
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-105.087	0	-105.087
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-210.467	0	93.111

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-60.358	0	163.220
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-60.358	0	163.220
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.000	0	0	0	0	25.000
5.04.01	Aumentos de Capital	25.000	0	0	0	0	25.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-45.022	0	-45.022
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-45.022	0	-45.022
5.07	Saldos Finais	248.578	0	0	-105.380	0	143.198

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-24.024	-11.372	188.182
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-24.024	-11.372	188.182
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-36.334	11.372	-24.962
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-36.334	0	-36.334
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.486	-4.486
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-6.797	-6.797
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.311	2.311
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	15.858	15.858
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	24.027	24.027
5.05.03.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-8.169	-8.169
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-60.358	0	163.220

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	273.298	357.526	333.780
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	204.413	203.452	186.110
7.01.02	Outras Receitas	68.885	154.074	147.670
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	62.239	147.834	142.238
7.01.02.02	Receitas Acessórias	6.646	6.240	5.432
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-161.810	-212.503	-213.158
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-96.302	-61.532	-66.441
7.02.04	Outros	-65.508	-150.971	-146.717
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-62.239	-147.833	-142.238
7.02.04.02	Custo de Concessão - Ônus Variável	-3.269	-3.138	-4.479
7.03	Valor Adicionado Bruto	111.488	145.023	120.622
7.04	Retenções	-23.236	-20.471	-17.795
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23.236	-20.471	-17.795
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	88.252	124.552	102.827
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33.539	34.173	22.434
7.06.02	Receitas Financeiras	33.539	34.173	22.434
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	121.791	158.725	125.261
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	121.791	158.725	125.261
7.08.01	Pessoal	19.847	19.344	21.844
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.141	16.172	17.877
7.08.01.02	Benefícios	3.706	3.172	3.967
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-33.004	285	-1.149
7.08.02.01	Federais	-43.330	-10.270	-10.622
7.08.02.03	Municipais	10.326	10.555	9.473
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	240.035	184.118	140.900
7.08.03.01	Juros	238.070	182.338	138.514
7.08.03.02	Aluguéis	1.965	1.780	2.386
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-105.087	-45.022	-36.334
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-105.087	-45.022	-36.334



2015

Divulgação de Resultados



www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 31 de Dezembro 2015

23 de Março de 2016 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.- “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do ano de 2015.

Apresentação dos Resultados

O relatório da administração e as informações financeiras anuais da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram elaboradas de acordo com as disposições legais do CPC 26 – Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamento Técnico, da deliberação CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 676 e de acordo com a norma internacional IAS 1 - Presentation of Financial Statements.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem ebtida	Página 12
Resultado Financeiro	Página 13
Debêntures	Página 14
Principais Obras e Investimentos	Página 16
Responsabilidade Socioambiental	Página 17
Demonstrações Financeiras	Página 20
Relacionamento com o Auditor	Página 24

Nuno Coelho

*Diretor Administrativo, Financeiro
e de Relações com Investidores / CFO*

Thiago Jordão Rocha

Gerente de Controladoria

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

Email: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri



Concessionária

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

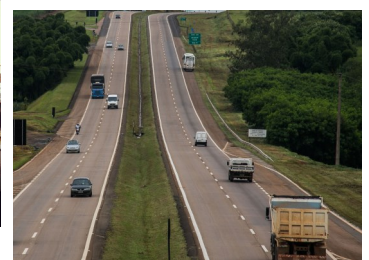
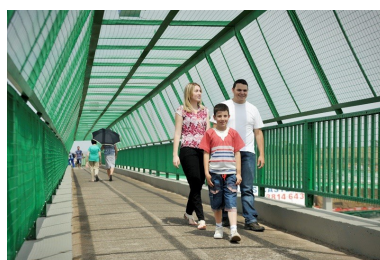
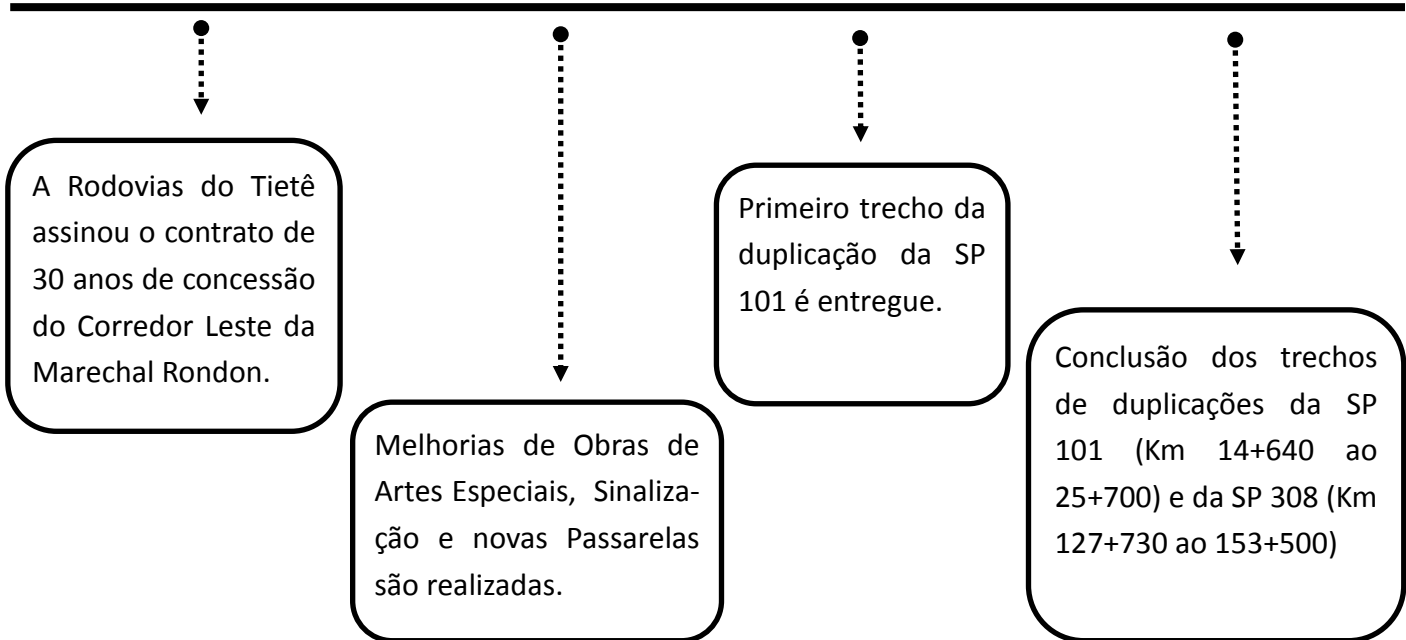
Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e a construção do Contorno de Piracicaba que contribuirão com o desenvolvimento econômico da região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.

2009

2011

2013

2015





Destaques:

Receita

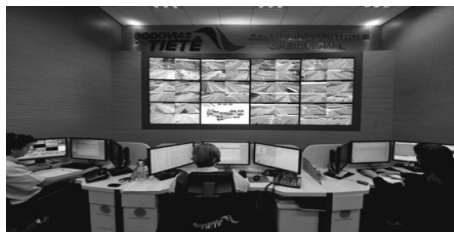
✓ R\$ 192 milhões de receita líquida.

Tráfego

✓ Redução de 2,53% no tráfego pedagiado, principalmente pelas condições macroeconômicas.

Obras

✓ Conclusão da duplicação na SP 101 (km 14+640 ao km 25+700) e SP 308 (km 127+730 ao km 153+500).



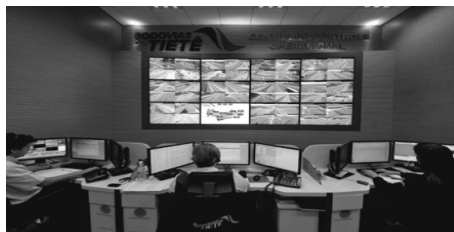
Sumário Executivo

O ano de 2015 apresentou muitas alterações macroeconômicas no Brasil, com a alta na taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC), passando de 11,65% a.a. em 2014 para 14,15% a.a em 2015, segundo o relatório do COPOM. Vale ressaltar também que o índice oficial de inflação do país (IPCA) foi de 10,67% no acumulado entre Janeiro e Dezembro, segundo o IBGE. Já o Banco Central, através do relatório Focus, apontou em 2015 uma redução de 3,71% do Produto Interno Bruto (PIB).

Para o ano de 2015 houve uma redução de aproximadamente 2,53% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, ou seja, uma queda inferior ao PIB nacional que é um dos principais fatores de influência nas variações de tráfego.

Com relação às principais obras, foram concluídas a duplicação da SP 101 (km 14+640 ao km 25+700) e da SP 308 (km 127+730 ao km 153+500) levando desenvolvimento para a região, maior conforto, segurança e fluidez do tráfego. Já o Contorno de Piracicaba será concluído no primeiro semestre de 2016.

Nos aspectos fiscais, a Rodovias do Tietê adotou em 2015 a lei 12.973/2014 que adequa a legislação tributária com a societária para o cálculo do IRPJ e CSLL corrente e diferido. O impacto mais significativo na apuração do IRPJ e da CSLL foi o reconhecimento da amortização do ativo intangível pela curva da demanda de tráfego e não mais pela amortização fiscal. Além disso, as receitas financeiras passaram a ser tributadas de PIS (0,65%) e COFINS (4%) a partir de 1º de Julho/2015, conforme decreto 8.426/2015.



Tráfego

Em 2015 o volume de tráfego sofreu uma redução de 2,53% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio sofreu redução de 0,55%, enquanto comerciais leves e pesados recuou em 9,23% e 7,09% respectivamente.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2015*	2014*	Variação
Passeio	20.330.589	20.442.415	-0,55%
Comercial Leve	3.602.952	3.969.113	-9,23%
Comercial Pesado	2.841.237	3.057.929	-7,09%
Total	26.774.778	27.469.457	-2,53%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Dezembro.

Em 2015 o volume de tráfego de eixos equivalentes sofreu uma redução de 4,95% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio sofreu redução de 0,50%, enquanto comerciais leves e pesados recuou em 9,90% e 7,13% respectivamente.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2015*	2014*	Variação
Passeio	20.039.593	20.140.024	-0,50%
Comercial Leve	9.020.101	10.011.197	-9,90%
Comercial Pesado	17.066.480	18.377.218	-7,13%
Total	46.126.174	48.528.439	-4,95%

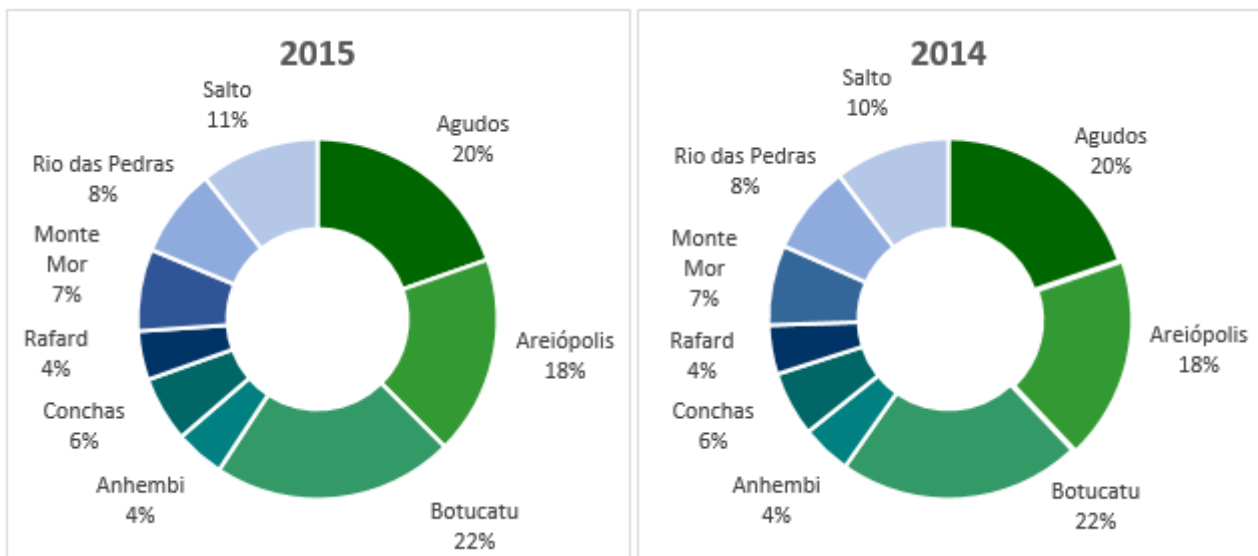
*Volume acumulado do período de Janeiro à Dezembro.



Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP 300 composto pelas praças de pedágio de Agudos, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 59% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 41% da receita.





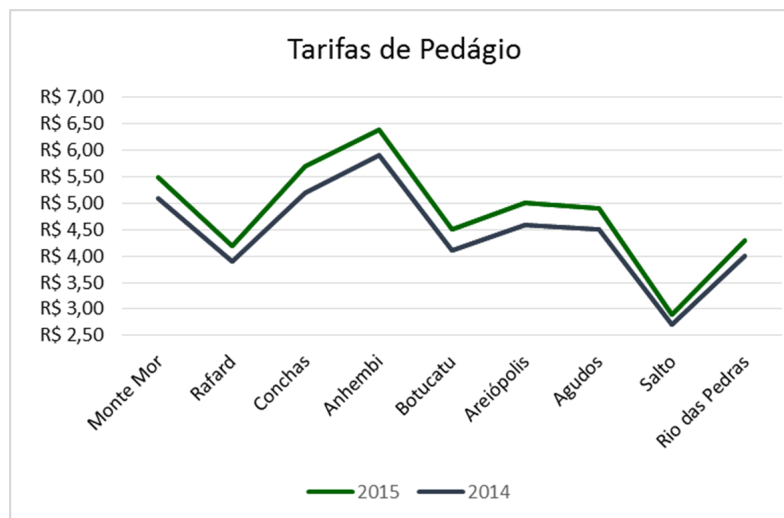
Tráfego

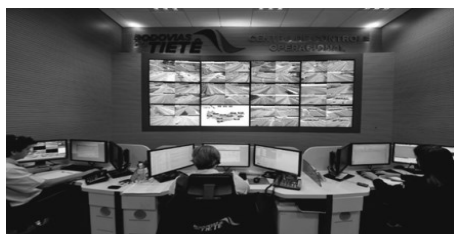
>> Tarifas de Pedágio

Em Julho de 2015 houve reajuste das tarifas de pedágio em 8,47% em linha com o IPCA divulgado pelo IBGE.

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente é de R\$ 4,82, contra R\$ 4,44 em 2014.

Praça de pedágio	2015	2014
Monte Mor	R\$ 5,50	R\$ 5,10
Rafard	R\$ 4,20	R\$ 3,90
Conchas	R\$ 5,70	R\$ 5,20
Anhembi	R\$ 6,40	R\$ 5,90
Botucatu	R\$ 4,50	R\$ 4,10
Areiópolis	R\$ 5,00	R\$ 4,60
Agudos	R\$ 4,90	R\$ 4,50
Salto	R\$ 2,90	R\$ 2,70
Rio das Pedras	R\$ 4,30	R\$ 4,00
Tarifa Média	R\$ 4,82	R\$ 4,44





Receitas

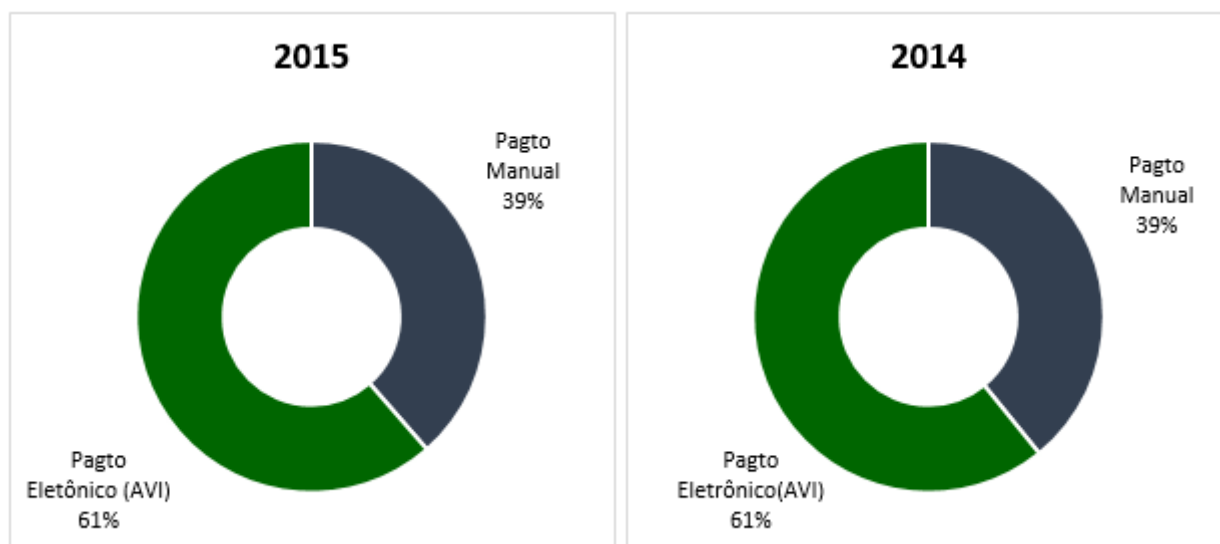
Receitas (em R\$ mil)	2015*	2014*	Varição
Receitas de Pedágio	204.413	203.452	0,47%
Receitas Acessórias	6.646	6.240	6,52%
Impostos sobre Receitas	(19.412)	(18.948)	2,45%
Receitas Operacionais	191.647	190.743	0,47%
Receitas de Construção	62.239	147.834	-57,90%
TOTAL	253.886	338.577	-25,01%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Dezembro.

A Concessionária obteve, em 2015, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 204.413 mil (R\$ 203.452 mil no mesmo período de 2014). Arrecadou também, R\$ 6.646 mil (R\$6.240 mil em 2014) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%) totalizando R\$ 19.412 mil no período e R\$ 18.948 mil no ano anterior.

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 62.239 mil de receita de construção contra R\$ 147.834 mil em 2014 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento





Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2015*	2014*	Varição
Com pessoal	(17.896)	(17.405)	2,82%
Serviços de terceiros	(8.969)	(8.312)	7,90%
Ônus variável da concessão	(3.269)	(3.138)	4,17%
Manutenção e conservação	(48.953)	(36.262)	35,00%
Seguros e garantias	(2.505)	(3.307)	-24,25%
Honorários da administração	(1.951)	(1.939)	0,62%
Provisão para demandas judiciais	(2.415)		
Outros	(4.607)	(3.861)	19,32%
Subtotal	(90.565)	(74.224)	22,02%
Depreciação e amortização	(23.236)	(20.471)	13,51%
Custo dos serviços de construção	(62.239)	(147.833)	-57,90%
Serviços de manutenção em rodovias	(29.589)	(10.975)	169,60%
Total	(205.629)	(253.503)	-18,88%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Dezembro

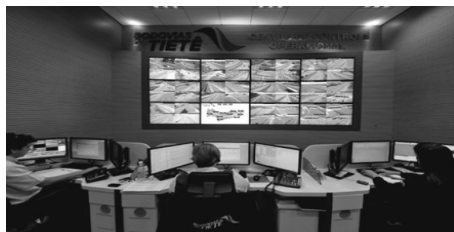
Em 2015, houve um aumento de 22,02% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 74.224 mil em 2014 para R\$ 90.565 mil no mesmo período de 2015. As principais variações foram:

- ⇒ Com pessoal 2,82%. Resultante do dissídio salarial de 7,5% compensado parcialmente pela otimização do quadro operacional e administrativo da concessionária.
- ⇒ Serviços de terceiros 7,90%. Impacto do IPCA 10,67% compensado parcialmente pela internalização de serviços de terceiros, com destaque para os serviços contábeis e fiscais com a implantação do sistema ERP SAP.



Custos e Despesas Operacionais

- ⇒ Manutenção e conservação 35%. A variação ocorreu, principalmente, pelo aumento da massa asfáltica (CAP) em 40%, utilizada nos serviços de conservação de pavimento. Além disso, a alta do IPCA tem impacto direto na renovação dos contratos de manutenção e conservação.
- ⇒ Seguros e garantias -24,25%. Resultante da renovação dos seguros e garantias prestadas à Artesp com prêmios menores que 2014, refletindo a maturidade da Concessionária.



EBITDA e MARGEM EBITDA

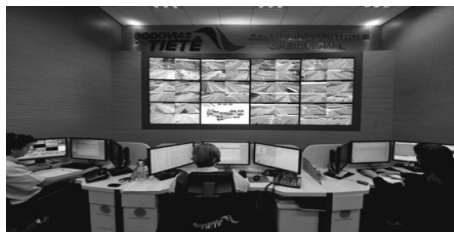
O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2015	2014	Varição
Resultado Líquido do Período	(105.087)	(45.022)	133,41%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(52.423)	(19.189)	173,19%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	205.791	149.297	37,84%
(+/-) Depreciação e Amortização	23.236	20.471	13,51%
EBITDA	71.517	105.557	-32,25%
(+/-) Provisão para Manutenções Futuras	29.589	10.975	169,60%
EBITDA AJUSTADO (a)	101.106	116.532	-13,24%
Receitas Operacionais (b)	191.647	190.743	0,47%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	52,76%	61,09%	-8,34 p.p

*Volume acumulado do período de Janeiro à Dezembro.

No ano de 2015, houve uma redução de 13,24% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 116.532 mil em 2014 para R\$ 101.106 mil em 2015. As principais variações foram:

- ⇒ Manutenção e conservação 35%. A variação ocorreu, principalmente, pelo aumento da massa asfáltica (CAP) em 40%, utilizada nos serviços de conservação de pavimento. Além disso, a alta do IPCA tem impacto direto na renovação dos contratos de manutenção e conservação.
- ⇒ Para o ano de 2015 houve uma redução de aproximadamente 2,53% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, ou seja, uma queda inferior ao PIB nacional que é um dos principais fatores de influência nas variações de tráfego.



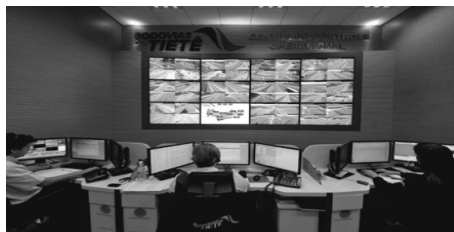
Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2015, comparado ao de 2014, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2015*	2014*	Variação
Debêntures	(225.951)	(165.301)	36,69%
Mútuo	(12.119)	(17.038)	-28,87%
Outras Despesas Financeiras	(1.217)	(1.077)	13,00%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(239.287)	(183.416)	30,46%
Receitas Financeiras	33.539	34.173	-1,86%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(205.748)	(149.243)	37,86%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Dezembro.

Em 2015, houve um acréscimo de 37,86% no Resultado Financeiro que passou de R\$ 149.243 mil em 2014 para R\$ 205.748 mil em 2015. A principal variação deve-se à Debêntures, que são atualizados pela variação acumulada do IPCA de 10,67% (a maior taxa histórica em 20 anos), entre Janeiro e Dezembro de 2015.



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

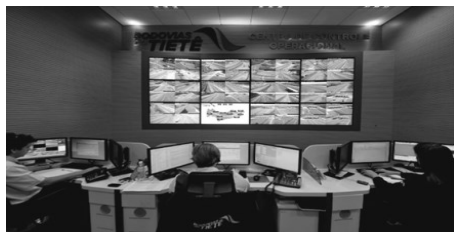
As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e o prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros são pagos semestralmente. Já foram realizados cinco pagamentos, em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil, em 15 de junho de 2014, no montante de R\$ 43.365 mil, em 15 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 46.517 mil, em 15 de junho de 2015, no montante de R\$ 46.650 mil e em 14 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 50.981 mil.



Debêntures

Em 18 de Dezembro de 2015 foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) para deliberar sobre a dispensa do cumprimento dos seguintes Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão:

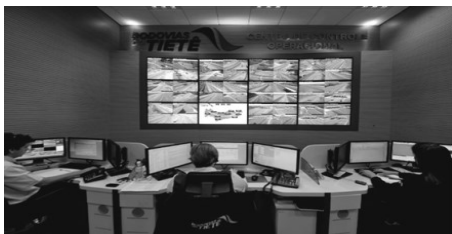
- i) Índice de Cobertura do Serviços da Dívida (“ICSD”), conforme fórmula descrita no Anexo I da Escritura, para os seguintes períodos: (a) o período findo em 30 de junho de 2016; e (b) o período findo em 31 de dezembro de 2016; e
- ii) Relação entre Dívida Financeira (conforme definido na Escritura) e Capital Total (conforme definido na Escritura), para os seguintes períodos: (a) o período findo em 31 de dezembro de 2015; (b) o período findo em 30 de junho de 2016; e (c) o período findo em 31 de dezembro de 2016.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016 foram aprovados os seguintes condicionantes:

- i) Da relação entre Dívida Financeira e Capital Total em até 90/10; e
- ii) Do ICSD igual ou superior a 1,0 (um inteiro), conforme a fórmula descrita no Anexo I da Escritura de Emissão.

Além disso, a Companhia pagou aos titulares das Debêntures um prêmio flat de 0,55% sobre o saldo do valor nominal unitário atualizado na data de realização da AGD.

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	2,10	Não medido



Principais Obras e Investimentos

Contorno de Piracicaba



Com início em abril de 2011, e conclusão prevista para o primeiro semestre de 2016 o Contorno de Piracicaba irá inserir o município em uma nova e importante realidade, já que é uma mudança esperada há mais de 20 anos pela população. Com 9 quilômetros de extensão, a obra melhorará significativamente o tráfego na região já que parte dos caminhões terá outra opção de trajeto por fora do município. A mudança facilitará também

o escoamento de produções e aumentará a fluidez dos veículos da cidade.

O valor já investido na obra é de R\$ 90 milhões, sendo que esta interligará a SP-308 (Rodovia do Açúcar – Salto a Piracicaba) com a SP-304 (Rodovia Luíz de Queiroz - Piracicaba a Americana) e SP-127 (Rodovia Cornélio Pires – Piracicaba a Rio Claro), passando pela SP-147 (Rodovia Deputado Laércio Cortes – Piracicaba a Limeira).

Duplicação da SP-101



A primeira etapa de ampliação da rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença (SP 101) – que liga Campinas a Capivari – foi concluída e entregue em maio de 2013 com 3,24 quilômetros de vias duplicadas (km 11+400 ao 14+640), dispositivo de acesso e retorno no km 13+500, duas passarelas e quatro pontos de ônibus, com investimento total de R\$ 11,6 milhões.

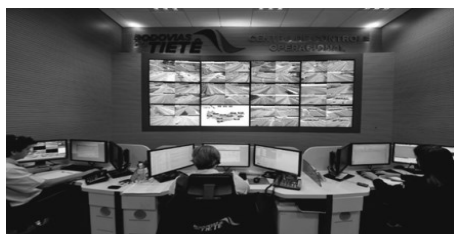
A segunda etapa da duplicação da SP-101, entre os km 14+640 e km 25+700, foi concluída e entregue em agosto de 2015. Com investimento de R\$ 49 milhões, a obra é de alta complexidade, pois foi realizada em trecho densamente urbanizado. Foram entregues duas pontes, sendo uma sobre o rio Capivari e outra sobre o Córrego Aterrado, cinco passarelas, dez pontos de ônibus e quatro novos dispositivos de acesso e retorno.

Duplicação da SP-308



A duplicação da Rodovia Comendador Mário Dedini (SP 308), que liga Salto a Piracicaba ocorrerá em 2 etapas. A primeira teve início em 2012 e já concluída e entregue em Abril de 2015. Compreende o trecho entre Piracicaba e Capivari, com 25,8 quilômetros de duplicação, além da construção de seis dispositivos de acesso e retorno, com investimento de 90 milhões. O segundo trecho tem o término previsto para 2017,

cinco anos antes da data prevista no Contrato de Concessão (2022).



Responsabilidade Socioambiental

A Responsabilidade social da Rodovias do Tietê está ligada a sua contribuição para orientar usuários e comunidade sobre regras de trânsito, condutas éticas e de respeito ao próximo e a preservação do meio ambiente.

A empresa realiza programas e ações educativas sobre as melhores condutas de respeito no trânsito. Tem um Programa de Redução de Acidentes (PRA) e diversas campanhas institucionais que trabalham o tema. Abaixo alguns exemplos:

Seleção da Estrada



Serviços de cidadania e saúde gratuitos aos usuários, principalmente aos caminhoneiros. Realizado em pontos estratégicos das rodovias, o programa oferece exames de glicemia, aferição de pressão arterial, oftalmologia, informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, vacinação, entre outros serviços. Os usuários também têm seus veículos revisados, num check-up mecânico básico.

O Seleção da Estrada é realizado quatro vezes no ano e conta com a parceria da Universidade Paulista (Unip) Bauru, JB Locações, entre outras empresas.

Campanha Abrace a Vida



A campanha Abrace a Vida, Motociclista e Abrace a Vida, Pedestre tem como objetivo reduzir o número de acidentes envolvendo esses usuários e aumentar a segurança do tráfego nas rodovias.

Foram instaladas 29 faixas com frases de condução mais segura nas rodovias Jornalista Francisco Aguirre Proença (SP 101), Professor João Hipólito Martins (SP 209) e Marechal Rondon (SP 300).

A campanha também promove eventos de atendimento mecânico para motos e palestras para motociclistas em empresas instaladas às margens da SP 101 e SP 300, em parceria com a AssoHonda – Associação Brasileira de Distribuidores Honda.

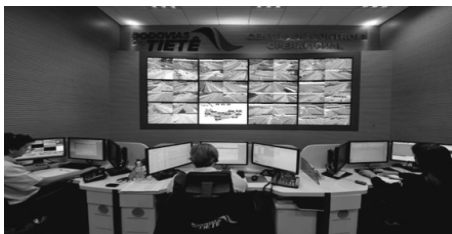
Para os pedestres são realizadas palestras e folhetos são distribuídos com dicas de travessia segura em pontos de ônibus e comércio lindeiro.

A campanha Abrace a Vida está vinculada ao Programa de Redução de Acidentes (PRA) da concessionária.

Campanha de uso do cinto de segurança Banco Traseiro



O cinto de segurança é um dispositivo simples que serve para proteger a vida e diminuir as consequências dos acidentes. Ele impede, em casos de colisão, que seu corpo se choque contra o volante, painel ou parabrisas, ou que seja projetado para fora do carro, aumentando consideravelmente os riscos de traumatismos. A campanha acontece através da distribuição de folhetos nas praças de pedágio e outdoors ao longo do trecho.



Preservação do Meio Ambiente



A equipe responsável pelas ações de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho realiza um trabalho fundamental para garantir o atendimento da legislação e o bom desempenho das obras de ampliação das rodovias. Engenheiros ambientais e técnicos de segurança do trabalho controlam, através de relatórios de campo e gerenciais, o andamento do serviço, os riscos das obras e identificam qualquer necessidade de correção.

Durante o licenciamento ambiental, realizaram estudos específicos que vão desde o levantamento da vegetação a ser suprimida a avaliações mais específicas, como levantamento arqueológico e medições de ruídos. O objetivo é garantir que as obras gerem o menor impacto possível ao meio ambiente.

A empresa faz mais. Vem acompanhando, passo a passo, todas as etapas das construções, monitorando com equipe qualificada de profissionais o cumprimento da legislação ambiental e demais normas aplicáveis.

Outro tema importante é o lixo. A Rodovias do Tietê recolhe mensalmente cerca de 100 toneladas de lixo e detritos jogados em suas vias ou áreas de domínio. As equipes trabalham diariamente, em pontos distintos das rodovias.

Projeto Abrace o Trânsito #Escola



O Abrace o Trânsito/Escola foi criado para conscientizar as crianças sobre os riscos do trânsito, pois além de usuárias são excelentes multiplicadoras do conhecimento. As primeiras edições foram realizadas com alunos de 9 a 12 anos da rede municipal de Salto e foram estendidas para o município de Elias Fausto. Escolas como CEMUS XI, III e IV (Centro de Educação Municipal) de Salto e Gerardo Mario Tornatore da cidade de Elias Fausto foram

beneficiadas com o programa.

O Abrace o trânsito promove uma manhã lúdica com apresentação de vídeos do Denatran, palestras de orientação e visita ao Centro de Controle Operacional da Concessionária.

Movimento Paulista de Segurança no Trânsito



A Rodovias do Tietê junto a AB Colinas, participou do movimento de Segurança no Trânsito que foi encabeçado pelo Governo do Estado de São Paulo e teve a participação de todas as concessionárias paulistas.

Tietê foi a cidade escolhida para sediar o movimento com atividades voltadas à segurança no trânsito e a saúde. Os temas atraíram a população e fizeram com que todos pensassem num trânsito melhor e mais seguro.

Foram realizadas campanhas do Plano de Redução de Acidentes (PRA), com foco na atenção com o pedestre e o motorista, além disso quem passou pela Praça Matriz pôde realizar aferição de pressão, cálculo de IMC, ajustes em bicicletas e até fazer aulas de Zumba, tudo gratuitamente.

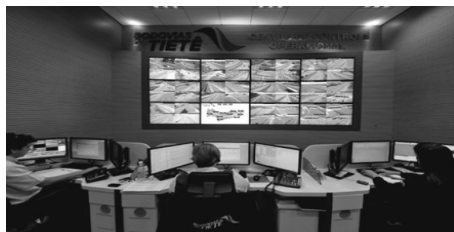


Café na Passarela



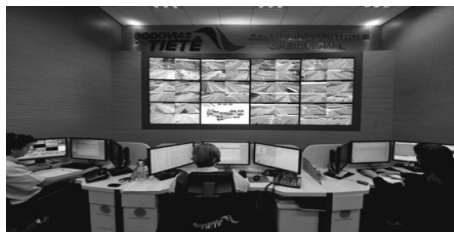
A ação do programa educativo “Café na Passarela” foi realizado pela equipe da Concessionária Rodovias do Tietê e integrou a programação da Semana Nacional de Trânsito de 2015, que esse ano tem como tema “Seja você a mudança no trânsito”. Os pedestres que passaram na passarela do km 20 na SP-101 – Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, foram recepcionados por um cafezinho e um desjejum, cujo objetivo foi a

conscientização do uso correto da passarela. Esta atividade visa reduzir o número de acidentes e mortes por atropelamento. E para isso, também foram entregues materiais educativos sobre travessia segura.



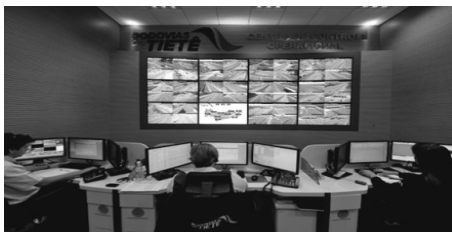
Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	39.512	11.966
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	27.842	29.361
Contas a receber (Nota 6)	18.342	18.218
Despesas antecipadas	1.569	1.572
Tributos a recuperar	273	313
Outros ativos	2.238	788
	89.776	62.218
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	182.058	207.525
Impostos a recuperar	18.841	13.311
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 7.a)	98.630	46.207
Despesas antecipadas	400	374
Imobilizado (Nota 8)	11.265	10.615
Intangível (Nota 9)	1.110.845	1.064.798
	1.422.039	1.342.830
Total do ativo	1.511.815	1.405.048



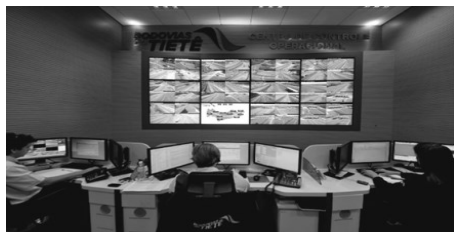
Balanço Patrimonial

Passivo	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	32.551	34.735
Debêntures (Nota 12)	4.324	3.911
Credor pela concessão	287	267
Obrigações tributárias	2.647	1.911
Obrigações trabalhistas	3.548	4.423
Provisões (Nota 11)	1.500	1.067
Outros passivos	229	229
	45.086	46.543
Não circulante		
Provisões (Nota 11)	79.293	47.289
Debêntures (Nota 12)	1.217.714	1.103.321
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	74.348	62.229
Outros passivos	2.263	2.468
Total do patrimônio líquido	1.373.618	1.215.307
Total do passivo	1.418.704	1.261.850
Patrimônio líquido		
Capital social	303.578	248.578
Prejuízos acumulados	(210.468)	(105.380)
Total do patrimônio líquido	93.111	143.198
Total do passivo e patrimônio líquido	1.511.815	1.405.048



Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida (Nota 14)	253.886	338.577
Custos dos serviços prestados (Nota 15)	(189.927)	(240.663)
Lucro bruto	63.959	97.914
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 15)	(15.702)	(12.840)
Outras receitas operacionais, líquidas	24	12
	(15.678)	(12.828)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	48.281	85.086
Despesas financeiras (Nota 16)		
Receitas financeiras (Nota 16)	(239.330)	(183.470)
	33.539	34.173
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(205.791)	(149.297)
	(157.510)	(64.211)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7.b)	52.423	19.189
Prejuízo do período	(105.087)	(45.022)
Prejuízo básico e diluído pro ação- em R\$ (Nota 18)	(0,0038001)	(0,0019554)



Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(105.087)	(45.022)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7.c)	(52.423)	(19.189)
Depreciação e amortização (Nota 15)	23.236	20.471
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias (Nota 16)	433	238
Juros e variações monetárias (Nota 16)	225.951	165.301
Rendimento de aplicação financeira (Nota 16)	(28.270)	(34.119)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	-	46
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	12.119	17.038
Provisão para demandas judiciais (Nota 15)	2.415	
Provisão para manutenção em rodovias (Nota 11.c)	29.589	10.975
	107.963	115.739
Variação nas contas de ativo:		
Contas a receber	(124)	(1.459)
Despesas antecipadas	(23)	311
Tributos a recuperar	(5.490)	(8.170)
Outros ativos	(1.450)	465
Variação nas contas de passivo:		
Fornecedores e prestadores de serviços	(2.184)	12.171
Credor pela concessão - ônus variável	20	10
Obrigações tributárias	736	(331)
Obrigações trabalhistas	(875)	686
Outros passivos	(205)	(229)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	98.369	119.193
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira	(2.647)	(4.800)
Resgate de aplicações financeiras	57.903	150.133
Investimentos no ativo imobilizado	(2.311)	(3.147)
Investimentos no ativo intangível	(67.622)	(150.835)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	14.677	(8.649)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	55.000	25.000
Pagamento de empréstimo (principal)		(37.797)
Pagamento de juros sobre notas promissórias, financiamentos e debêntures	(111.145)	(88.454)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(56.145)	(101.251)
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	27.545	9.293
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11.966	2.673
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	39.512	11.966



Relacionamento com o Auditor

No período findo em 31/12/2015, a Concessionária contratou a Ernst Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) para a realização de outros trabalhos relacionados a compliance, mas que não afetaram a independência e objetividade da EY para auditar as demonstrações contábeis e revisar as informações trimestrais (ITR’s) relativas ao exercício de 2015.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia tem suas ações negociadas na BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$934 milhões (R\$2.401 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2016, para divulgação em 31 de março de 2016.

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia avaliou que os pronunciamentos e interpretações de CPC e/ou IFRS que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 não causaram impactos significativos nas demonstrações financeiras apresentadas.

A seguir apresentamos o resumo das principais práticas contábeis, deixando em evidência as informações consideradas relevantes pela Administração.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Estes ativos financeiros são classificados como empréstimos e recebíveis e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, outros passivos financeiros, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e prestadores de serviços, notas promissórias a pagar, credor pela concessão, mútuos a pagar, empréstimos e debêntures. Estes passivos classificados como outros passivos financeiros e são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

2.2. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e
- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização.

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Ajuste a valor presente de ativos e passivos -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

Notas Explicativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivo não circulante		
Provisão para manutenção a valor nominal	93.829	59.707
Provisão para manutenção a valor presente (i)	(72.190)	(42.601)
Ajuste a valor presente	21.639	17.106

(i) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto de 8% em 31 de dezembro de 2015 (8% em 2014) que refletem a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

2.4. Segmento de negócios

A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de divulgação, que consiste na exploração de concessão pública de rodovia.

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2015

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos, quando aplicáveis, quando se tornarem vigentes.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
---	---

Notas Explicativas

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2017)	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Alteração IAS 16 e IAS 38 Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016)	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.
Alteração IAS 1 (Vigência a partir de 01/01/2016)	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.
IFRS 7 Contratos de Serviços (Vigência a partir de 01/01/2016)	Contratos de serviços (parágrafo B30 e 42C) atendem a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação.
IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016)	Estabelece que, se o valor das contribuições por empregados ou terceiros for independente da qualidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, ao invés de alocar as contribuições aos períodos de serviço.
IFRS 5 Reclassificação de ativo não circulante mantido para venda e mantido para distribuição aos sócios/acionistas (Vigência a partir de 01/01/2016)	Esclarece as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que os ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais o critério para manterem esta classificação.

A Companhia está avaliando a adoção desses pronunciamentos e os impactos nas suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2016 e pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, necessita que haja um exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas estão apresentadas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

b) Impostos

Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto

Notas Explicativas

diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

c) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

e) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - são estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição.

f) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda, sendo a taxa de amortização, determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

g) Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

h) Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Disponibilidades	222	692
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	(i) 39.290	11.274
	<u>39.512</u>	<u>11.966</u>

Notas Explicativas

- (i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

5. Aplicações financeiras vinculadas

Compreendem aplicações com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria.

	2015	2014
Circulante	27.842	29.361
Não circulante	182.058	207.525
	209.900	236.886

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (nota 12). Estas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

6. Contas a receber

O contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização

	2015	2014
Pedágio eletrônico a receber	12.299	11.075
Cartões de pedágio a receber	639	1.108
Receitas acessórias	4.934	4.545
Valores em trânsito	470	1.490
	18.342	18.218

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 31 de dezembro de 2015. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.

Notas Explicativas

7. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973/14 que tem como objetivo regulamentar de forma permanente os efeitos tributários decorrentes dos ajustes contábeis introduzidos pelas IFRS no país. A Companhia não exerceu a opção antecipada para o ano-calendário de 2014, porém, a partir de 2015 com a entrada em vigor da lei 12.973, todos os efeitos estão sendo oferecidos à tributação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para deduzir todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com impostos diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Notas Explicativas

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido estão compostos conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	101.549	63.937
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	1.392	571
Provisão para participação nos lucros	458	671
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (i):		
Provisão para manutenção de rodovias	24.545	14.484
Provisão para investimentos em rodovias	1.533	1.386
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	2.951	3.301
	<u>132.428</u>	<u>84.350</u>
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis:		
Amortização - curva de tráfego (ii)	(33.798)	(38.143)
	<u>(33.798)</u>	<u>(38.143)</u>
Líquido	<u>98.630</u>	<u>46.207</u>

(i) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

(ii) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$298.674 (R\$188.051 em 31 de dezembro de 2014). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2015 nos seguintes exercícios sociais:

	<u>2015</u>
2016	1.446
2017	9.406
2018	8.622
2019	10.455
2020	11.136
2021	16.260
2022	19.982
2023	26.847
2024	28.274
	<u>132.428</u>

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de

Notas Explicativas

renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	2015	2014
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(157.510)	(64.211)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	53.553	21.832
Ajuste para demonstração da taxa efetiva: Diferenças permanentes	(1.130)	(2.643)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado	52.423	19.189
Alíquota efetiva	33%	30%

Notas Explicativas

8. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas a seguir, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	2015			2014
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	871	(304)	567	499
Equipamentos de informática	20	4.207	(2.834)	1.373	1.190
Equipamentos de telefonia	20	197	(169)	28	66
Terrenos	-	84	-	84	84
Edifícios	3,8	6.380	(765)	5.615	5.870
Automóveis/caminhões	5	2.221	(658)	1.563	1.640
Outros	10 a 20	2.985	(950)	2.035	1.266
		16.945	(5.680)	11.265	10.615

O ativo imobilizado registrado não está vinculado ao contrato de concessão.

b) Movimentação

	2015		
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Custo			
Móveis e utensílios	726	145	871
Equipamentos de informática	3.483	724	4.207
Equipamentos de telefonia	197	-	197
Terrenos	84	-	84
Edifícios	6.380	-	6.380
Automóveis/caminhões	1.878	343	2.221
Outros	1.886	1.099	2.985
	14.634	2.311	16.945
Depreciação			
Móveis e utensílios	(227)	(77)	(304)
Equipamentos de informática	(2.293)	(541)	(2.834)
Equipamentos de telefonia	(131)	(38)	(169)
Edifícios	(510)	(255)	(765)
Automóveis/caminhões	(238)	(420)	(658)
Outros	(620)	(330)	(950)
	(4.019)	(1.661)	(5.680)
Líquido	10.615	650	11.265

Notas Explicativas

8. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação--Continuação

	2014			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	681	74	(29)	726
Equipamentos de informática	3.246	238	(1)	3.483
Equipamentos de telefonia	197	-	-	197
Terrenos	84	-	-	84
Edifícios	6.366	23	(9)	6.380
Automóveis/caminhões	75	1.803	-	1.878
Outros	878	1.009	(1)	1.886
	<u>11.527</u>	<u>3.147</u>	<u>(40)</u>	<u>14.634</u>
Depreciação				
Móveis e utensílios	(166)	(70)	9	(227)
Equipamentos de informática	(1.574)	(719)	-	(2.293)
Equipamentos de telefonia	(92)	(39)	-	(131)
Edifícios	(257)	(253)	-	(510)
Automóveis/caminhões	(27)	(211)	-	(238)
Outros	(381)	(240)	1	(620)
	<u>(2.497)</u>	<u>(1.532)</u>	<u>10</u>	<u>(4.019)</u>
Líquido	<u>9.030</u>	<u>1.615</u>	<u>(30)</u>	<u>10.615</u>

9. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

9. Intangível--Continuação

a) Composição

		2015		2014
		Custo	Amortização	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(63.666)	478.578
Direito de exploração da infraestrutura				490.250
Gastos iniciais da concessão	(ii)	146.397	(14.630)	131.767
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	396.785	(16.178)	380.607
Serviços de construção - em andamento	(iii)	109.413	-	109.413
Outros	(iv)	7.434	(811)	6.623
Direito de uso de software		5.709	(1.852)	3.857
		1.207.982	(97.137)	1.110.845
				1.064.798

- (i) Refere-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide Nota Explicativa nº 11.b).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados, sendo as principais obras em andamento o Contorno de Piracicaba e o Contorno de Maristela.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. Originalmente a Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide Nota Explicativa nº 11.b).

Notas Explicativas**9. Intangível--Continuação****b) Movimentação**

	2015			
	Saldo Inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo				
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão	140.403	2.856	3.138	146.397
Serviços de construção - obras concluídas	224.569	25.058	147.158	396.785
Serviços de construção - em andamento	222.702	37.007	(150.296)	109.413
Outros	7.434	-	-	7.434
Direito de uso de software	3.008	2.701	-	5.709
	1.140.360	67.622	-	1.207.982
Amortização				
Direito de outorga da concessão	(51.994)	(11.672)	-	(63.666)
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão	(11.525)	(3.105)	-	(14.630)
Serviços de construção - obras concluídas	(10.362)	(5.816)	-	(16.178)
Outros	(649)	(162)	-	(811)
Direito de uso de software	(1.032)	(820)	-	(1.852)
	(75.562)	(21.575)	-	(97.137)
Líquido	1.064.798	46.047	-	1.110.845

	2014				
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Custo					
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	136.047	1.926	-	2.430	140.403
Serviços de construção - obras concluídas	192.451	4.878	-	27.240	224.569
Serviços de construção - em andamento	112.127	142.955	-	(32.380)	222.702
Outros	5.522	8	-	1.904	7.434
Direito de uso de software	1.150	1.068	(16)	806	3.008
	989.541	150.835	(16)	-	1.140.360
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(40.765)	(11.229)	-	-	(51.994)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(8.629)	(2.897)	-	-	(11.525)
Serviços de construção - obras concluídas	(6.080)	(4.283)	-	-	(10.362)
Outros	(517)	(131)	-	-	(649)
Direito de uso de software	(632)	(399)	-	-	(1.032)
	(56.623)	(18.939)	-	-	(75.562)
Líquido	932.918	131.896	(16)	-	1.064.798

Notas Explicativas

9. Intangível--Continuação

c) Custo de empréstimos e financiamentos capitalizados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras em infraestrutura no montante de R\$1.465 (R\$4.694 em 2014). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização foi de 2,47% a.a., que representa a taxa efetiva de juros das debentures no exercício, líquida da receita financeira auferida pelo investimento temporário desses recursos.

10. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remuneração fixa (1)	1.252	1.027
Remuneração variável (2)	699	912
	<u>1.951</u>	<u>1.939</u>

(1) Incluem salários e honorários da Administração, férias e 13º salário.

(2) Referem-se à participação nos resultados, mencionada na Nota Explicativa nº 19.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota 19.

b) Mútuos a pagar

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Mútuos a pagar</u>	
			<u>2015</u>	<u>2014</u>
AB Concessões.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	67.394	31.112
Ascendi International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	6.954	31.117
			<u>74.348</u>	<u>62.229</u>

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês. O pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debentures. Conforme instrumento de cessão de crédito datado de 30 de junho de 2015, a Ascendi cedeu a parcela de R\$27.500 do mútuo à AB Concessões.

Notas Explicativas

11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	2015	2014
Provisão para demandas judiciais	4.093	1.678
Provisão para investimentos em rodovias	4.510	4.077
Provisão para manutenção em rodovias	72.190	42.601
	80.793	48.356
Parcela classificada no passivo circulante	(1.500)	(1.067)
Não circulante	79.293	47.289

a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui o equivalente a R\$5.482 de causas trabalhistas e R\$ 29.609 de causas cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na Nota Explicativa nº 9. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

Notas Explicativas**11. Provisões--Continuação**b) Provisão para investimentos em rodovias--Continuação

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015		
	Saldo inicial	Atualização monetária	Saldo final
Provisão para investimentos	4.077	433	4.510
	4.077	433	4.510

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	2015
2016	1.500
2017	3.010
	4.510

c) Provisão para manutenção em rodovias

	2015		
	Saldo inicial	Adição	Saldo Final
Provisão para manutenção	59.707	34.122	93.829
Ajuste a valor presente (AVP)	(17.106)	(4.533)	(21.639)
Saldo	42.601	29.589	72.190

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflète a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

11. Provisões—Continuaçãoc) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10

Notas Explicativas

anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>2015</u>
2017	20.241
2018	23.228
2019	18.403
2020	4.486
2021	5.646
2022	186
	72.190

12. Debêntures

a) Descrição da operação

<u>Debêntures não conversíveis</u>	<u>Principal R\$</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Títulos em circulação</u>	<u>Prêmio</u>	<u>Encargos financeiros</u>
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.284.951	1.162.293
Remuneração (juros a pagar)	4.324	3.911
Custo com emissão a apropriar	(67.237)	(58.972)
	1.222.038	1.107.232
Circulante	(4.324)	(3.911)
Não circulante	1.217.714	1.103.321

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não são conversíveis em ações, e são da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. Estão previstas amortizações do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros serão pagos semestralmente.

12. Debêntures--Continuação

b) Cláusulas restritivas

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures possuem cláusulas restritivas, as quais estão sendo devidamente acompanhadas pela Companhia.

Em 17 de dezembro de 2015, foi realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), a qual dispensou a Companhia do cumprimento do índice financeiro de relação Dívida Financeira e Capital Total em até 85/15 para 31 de dezembro de 2015, e alterou os índices financeiros referentes à relação Dívida Financeira e Capital Total e Índice de Cobertura do

Notas Explicativas

Serviço da Dívida (ICSD) para 30 de junho e 31 de dezembro de 2016, para, respectivamente, relação Dívida Financeira e Capital Total em até 90/10 e o ICSD igual ou superior a 1.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações
Atlantia Bertin Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798
Ascendi International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		30.357.847.596

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social está representado respectivamente por 30.357.847.596 e 24.857.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

13. Patrimônio líquido--Continuação

Em 30 de junho de 2015, os acionistas aprovaram por meio de Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R\$55.000, dentro do limite de capital autorizado, mediante a emissão de 5.500.000.000 (cinco bilhões e quinhentos milhões) de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Dessa forma, o capital social integralizado totalizava R\$303.578 em 31 de dezembro de 2015 (R\$248.578 em dezembro de 2014).

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

a) Distribuição de lucros

Notas Explicativas

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

14. Receita operacional líquida

A receita é apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, sendo mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

Consequentemente, essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos

Notas Explicativas

sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços (ISS) (de 2% a 5%), Programa de Integração Social (PIS) (0,65%) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (3%).

	2015	2014
Receita com arrecadação de pedágio	204.413	203.452
Receita de serviços de construção	62.239	147.834
Receitas acessórias	6.646	6.240
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(19.412)	(18.949)
	253.886	338.577

15. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	2015	2014
Com pessoal	(17.896)	(17.405)
Serviços de terceiros	(8.969)	(8.312)
Depreciação e amortização	(23.236)	(20.471)
Ônus variável da concessão	(3.269)	(3.138)
Manutenção e conservação	(48.953)	(36.262)
Custo dos serviços de construção	(62.239)	(147.833)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(29.589)	(10.975)
Seguros e garantias	(2.505)	(3.307)
Honorários da Administração (Nota 10.a)	(1.951)	(1.939)
Provisão para demandas judiciais	(2.415)	-
Outros	(4.607)	(3.861)
	(205.629)	(253.503)
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(189.927)	(240.663)
Despesas gerais e administrativas	(15.702)	(12.840)
	(205.629)	(253.503)

16. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	2015	2014
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias, financiamentos e debêntures	(225.951)	(165.301)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(12.119)	(17.038)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias e credor pela concessão	(433)	(238)
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	(8)	(525)
Outras despesas financeiras	(819)	(368)

Notas Explicativas

	(239.330)	(183.470)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	33.496	34.119
Outros	43	54
	33.539	34.173
Resultado financeiro	(205.791)	(149.297)

17. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	2015	2014
Salários e encargos sociais	(16.141)	(16.172)
Benefícios previstos em lei	(1.515)	(1.366)
Benefícios adicionais (a)	(2.191)	(1.806)
	(19.847)	(19.344)

(a) Refere-se a assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida.

18. Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	2015	2014
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(105.087)	(45.022)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	27.653.177.266	23.024.056.386
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,0038001)	(0,0019554)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Notas Explicativas

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de dezembro de 2015, mantendo-se todas as outras variáveis constantes:

Notas Explicativas

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação*Risco de taxa de juros*--Continuação

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 13,14% ao ano, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2015, divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 10,67 % nos próximos 12 meses, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2015, divulgada pela BM&FBovespa.

Passivo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos		
		Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	9.799	12.249	14.699
Debêntures	Aumento do IPCA	228.154	260.752	293.350

Passivo financeiro	Risco	Efeito no resultado após impostos (1)		
		Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	6.467	8.084	9.701
Debêntures	Aumento do IPCA	150.582	172.097	193.611

Ativo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos		
		Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	27.665	20.749	13.832

Ativo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
		Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	18.259

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer / auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está registrado na rubrica contas a receber, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está registrado na rubrica caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas, no balanço patrimonial.

Notas Explicativas**19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação**c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2015 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	32.551	-	-	32.551
Debêntures (Nota 12)	4.324	-	1.217.714	1.222.038
Credor pela concessão	287	-	-	287
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	-	-	74.348	74.348
Total	37.162	-	1.292.062	1.329.224

d) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	2015	2014
Mútuos a pagar a partes relacionadas	74.348	62.229
Debêntures	1.222.038	1.107.232
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(39.512)	(11.966)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(209.900)	(238.886)
Dívida líquida	1.046.974	918.609
Patrimônio líquido	93.111	143.198
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.140.085	1.061.807

Notas Explicativas

20. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir.

	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 12) (i)	1.289.275	1.254.297	1.166.204	1.234.374

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas Explicativas

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	1.377.600
	Responsabilidade civil	26.671
	Riscos de engenharia	188.706
	Garantia de cumprimento das funções operacionais de	
Seguro garantia	conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	74.827
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	137.897

* Vigente a partir do dia 1 de julho de 2015.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22. Informações complementares dos fluxos de caixa

	2015	2014
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	1.465	4.694

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Salto - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia. A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a sua apresentação. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 23 de março de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Adilvo França Junior

Contador CRC 1BA021419/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(j) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Salto, 23 de Março de 2016.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Salto, 23 de Março de 2016.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro